

Microcrédito: Uma Ferramenta de Inclusão Social e Económica**Microcredit: A Tool for Social and Economic Inclusion****Microcrédito: Una Herramienta de Inclusión Social y Económica****Autor:** João Fernando Pinho

Mestre em Estrategia de Investimento e Internacionalização

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

E-mail: pinhoeconomics@gmail.comOrcid: <https://orcid.org/0000-0003-4637-8693>**Artigo original****RESUMO**

O Microcrédito tem-se demonstrado um instrumento financeiro inovador com elevado potencial no combate à pobreza e exclusão social, particularmente em países em desenvolvimento como Angola, onde o acesso ao sistema bancário formal é limitado e a economia informal predomina. Este artigo analisa criticamente a evolução histórica do microcrédito, destacando experiências paradigmáticas como o *Grameen Bank de Muhammad Yunus* [1], e examina seu impacto socioeconómico e ético em diferentes contextos, com foco na realidade angolana, incluindo a participação de Zungueiras e Quitandeiras. Estas mulheres, frequentemente envolvidas na venda informal de bens e serviços, representam um segmento significativo da economia informal angolana e poderiam beneficiar imenso do acesso a microcréditos, num contexto e espírito que contêm os pressupostos da sua criação. A revisão bibliográfica e documental sistemática indica que o microcrédito, quando implementado de forma responsável e inclusiva, poderá promover o empreendedorismo, reduzir as desigualdades de género, fortalecer o capital social e impulsionar o desenvolvimento local. Contudo, o sucesso depende de um enquadramento institucional sólido, transparente e adaptado às necessidades específicas dos grupos em estudo, considerando igualmente os desafios culturais e as limitações de acesso à informação e tecnologia. A análise considera as potenciais barreiras para o acesso ao crédito por parte das Zungueiras e Quitandeiras, como a falta de garantias, a informalidade das suas actividades e a complexidade dos processos burocráticos que ainda subsistem em Angola.



Palavras-chave: Economia informal; Empreendedorismo feminino; Grameen Bank; Microcrédito quitandeira; Zungueira

ABSTRACT

Microcredit has proven to be an innovative financial instrument with significant potential in combating poverty and social exclusion, particularly in developing countries like Angola, where access to formal banking is limited and the informal economy is prevalent. This article critically analyzes the historical evolution of microcredit, highlighting paradigmatic experiences such as Muhammad Yunus's Grameen Bank, and examines its socioeconomic and ethical impact in various contexts, focusing on the Angolan reality, including the participation of Zungueiras and Quitandeiras. These women, often involved in the informal sale of goods and services, represent a significant segment of the Angolan informal economy and could greatly benefit from access to microcredit. A systematic bibliographic and documentary review suggests that microcredit, when implemented responsibly and inclusively, can promote entrepreneurship, reduce gender inequalities, strengthen social capital, and boost local development. However, success depends on a robust, transparent institutional framework adapted to the specific needs of this group, considering cultural challenges and limitations in access to information and technology. The analysis considers potential barriers to credit access for Zungueiras and Quitandeiras, such as lack of collateral, the informality of their activities, and the complexity of bureaucratic processes, that stills in Angola.

Keywords: Grameen Bank; Informal Economy; Women's Entrepreneurship; Quitandeira; Zungueira

RESUMEN

El microcrédito se ha consolidado como un instrumento financiero innovador con un gran potencial en la lucha contra la pobreza y la exclusión social, especialmente en países en desarrollo como Angola, donde el acceso al sistema bancario formal es limitado y la economía informal es predominante. Este artículo analiza críticamente la evolución histórica del microcrédito, destacando experiencias paradigmáticas como el *Grameen Bank de Muhammad Yunus*, y examina su impacto socioeconómico y ético en diferentes contextos, con énfasis en la realidad angoleña, incluyendo la participación de las Zungueiras y Quitandeiras. Estas mujeres, frecuentemente involucradas en la venta informal de bienes y servicios, representan un segmento significativo de la economía informal angoleña y podrían beneficiarse enormemente del acceso a microcréditos. La revisión bibliográfica y documental sistemática indica que el



microcrédito, quando se implementa de forma responsável e inclusiva, pode promover el emprendimiento, reducir las desigualdades de género, fortalecer el capital social e impulsar el desarrollo local. Sin embargo, el éxito depende de un marco institucional sólido, transparente y adaptado a las necesidades específicas de este grupo, considerando los desafíos culturales y las limitaciones de acceso a la información y la tecnología. El análisis considera las posibles barreras para el acceso al crédito por parte de las Zungueiras y Quitandeiras, como la falta de garantías, la informalidad de sus actividades y la complejidad de los procesos burocráticos en Angola.

Palabras clave: Economía Informal; Emprendimiento femenino; Grameen Bank; Microcrédito; Quitandeira; Zungueira

INTRODUÇÃO

O Microcrédito tem-se afirmado como uma ferramenta potencialmente eficaz no combate à pobreza e na promoção da inclusão socioeconómica, especialmente em países em desenvolvimento onde a exclusão financeira afecta uma parcela significativa da população. A experiência pioneira do *Gramem Bank* em Bangladesh, idealizada por Muhammad Yunus, inspirou inúmeras iniciativas globais, incluindo vários países africanos, onde o microcrédito se apresenta como estratégia para impulsionar o empreendedorismo no sector informal e criar meios de subsistência sustentáveis (Yunus, 2007; Armendáriz & Morduch, 2010). No entanto, a efectividade do microcrédito varia consideravelmente dependendo do contexto e da sua implementação.

Em Angola, o microcrédito opera num contexto marcado por profundas desigualdades socioeconómicas, uma economia informal dominante e uma baixa penetração de serviços financeiros formais, particularmente nas zonas rurais e periurbanas. Dados do Banco Nacional de Angola (BNA, 2023) revelam que cerca de 50% da população adulta permanece sem acesso a serviços financeiros formais, destacando a necessidade de soluções inovadoras e inclusivas. O Estado angolano, através de programas como o Fundo de Apoio Social (FAS) e o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), tem promovido iniciativas de microfinanças, focando-se na criação de pequenos negócios e no empoderamento de grupos vulneráveis, como mulheres e jovens (FAS, 2022). Contudo, o sucesso destes programas enfrenta desafios significativos.

Apesar dos esforços governamentais, o microcrédito em Angola ainda enfrenta obstáculos como a baixa literacia financeira, a escassez de apoio técnico adequado, a informalidade jurídica dos micos empreendimentos e o risco de sobreendividamento. Além disso, a ausência



de infra-estruturas adequadas, principalmente em áreas rurais, dificulta o acesso a serviços financeiros, reforçando a exclusão. É fundamental, portanto, analisar o microcrédito não apenas como um mecanismo financeiro, mas também como uma prática social e ética, considerando suas implicações na construção de capital social, na equidade de género e na coesão comunitária, incluindo o impacto específico sobre grupos como as Zungueiras e Quitandeiras (Kabeer, 2001; Bateman, 2010).

Este artigo, inspirado nas reflexões do seminário sobre Microcrédito orientado pelo Professor Doutor Manuel Brandão Alves, propõe uma análise crítica e contextualizada do microcrédito em Angola. A pesquisa investiga as condições institucionais necessárias para a eficácia do microcrédito, o papel das redes sociais e da confiança mútua no sucesso de grupos solidários, e a capacidade do microcrédito em promover efectivamente o empoderamento feminino e o desenvolvimento local sustentável, sem perpetuar ou criar novas vulnerabilidades.

METODOLOGIA

Esta investigação adopta uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada numa análise documental e bibliográfica abrangente. O estudo considera experiências internacionais relevantes, como o *Grameen Bank* no Bangladesh e programas de microcrédito implementados no Brasil, Quênia, Índia e México, servindo estas fontes como casos comparativos. A fundamentação teórica assenta assim em quatro pilares principais: a teoria do capital social, a teoria institucionalista, a teoria da agência e a ética do desenvolvimento humano.

Foram analisadas obras académicas (livros, artigos e relatórios) publicadas entre 1960 e 2025, seleccionadas pela sua relevância temática e pela autoridade académica dos autores. As bases de dados consultadas incluíram o *Google Scholar*, a *SciELO* e plataformas institucionais do Banco do Nordeste, *Grameen Bank* e Bangladesh Bank.

Procedimentos

1. Definição das questões de investigação: Formulação das questões de investigação centradas na origem, impactos e fundamentação teórica do microcrédito.
2. Pesquisa sistemática e documentação das fontes: Pesquisa exaustiva e registo das fontes identificadas.
3. Triagem e selecção das fontes: Selecção de fontes com base no título e resumo, culminando na análise completa de 40 referências.



4. Análise de conteúdo e codificação temática: Análise das fontes seleccionadas, organizada em categorias temáticas: origem histórica, casos internacionais, impacto socioeconómico, ética e institucionalismo.

Apesar de não envolver a participação directa de sujeitos humanos, a investigação seguiu rigorosos critérios de transparência e integridade académica. A triangulação de diferentes tipos de fontes reforçou a credibilidade e a validade dos resultados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO MICROCRÉDITO

O microcrédito é sustentado por diversas abordagens teóricas que explicam o seu funcionamento, os seus fundamentos éticos e institucionais e os seus impactos económicos e sociais. Destacando-se as seguintes:

1. Teoria do Capital Social: Segundo Putnam (1993) e Coleman (1988), a Teoria do Capital Social que enfatiza o papel das redes sociais, da confiança mútua e da cooperação no desenvolvimento económico. No microcrédito, estas relações são cruciais para a sustentabilidade do modelo, particularmente em sistemas de "grupo solidário" ou "banco comunitário", como o do Grameen Bank. A confiança entre os membros substitui as garantias formais dos sistemas bancários tradicionais.

"O microcrédito opera em ambientes onde o capital social substitui os activos físicos como garantia de pagamento." (Yunus, 2006)

2. Teoria Institucionalista: Douglass North (1990) argumenta que as instituições – regras formais e informais – estruturam o comportamento humano e influenciam o desempenho económico.

O sucesso do microcrédito depende de arranjos institucionais adequados que combinem regulamentação favorável, incentivos eficazes e normas comunitárias. Um sistema de microcrédito bem estruturado pode criar novas instituições inclusivas que favorecem o empreendedorismo popular.

"As instituições são os alicerces da acção económica; sem elas, os mercados inclusivos, como o microcrédito, não florescem." (North, 1990)

3. Teoria da Agência: Jensen e Meckling (1976) abordam, na teoria da agência, os conflitos de interesse entre agentes (beneficiários) e principais (instituições credoras). No microcrédito, os mecanismos de responsabilização grupal e a supervisão comunitária reduzem os custos de monitoramento e incentivam o reembolso. Esta "disciplina social" torna o modelo economicamente viável mesmo em ambientes informais.



4. **Perspectiva Ética e do Desenvolvimento Humano:** A abordagem ética do microcrédito enfatiza o compromisso com a justiça social, a dignidade humana e a solidariedade. Autores como Moreira (2008) e Yunus (2006) defendem que o microcrédito deve transcender a mera função financeira, promovendo transformação social, empoderamento feminino e igualdade de oportunidades. O microcrédito ético pressupõe que os pobres são empreendedores potenciais, não apenas beneficiários.
"A pobreza não é criada pelas pessoas pobres. É criada pelo sistema que construímos."
(Yunus, 2006)
Esta perspectiva alinha-se com a abordagem das capacidades de Amartya Sen (1999), que define o desenvolvimento verdadeiro como a ampliação das liberdades e capacidades individuais para escolherem vidas que valorizam.
5. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local:** inserido na lógica da economia solidária, o microcrédito valoriza a produção autogestionada e a cooperação comunitária. Autores como Singer (2002) e Gaiger (2006) argumentam que, ao fomentar circuitos económicos locais e redes de apoio mútuo, o microcrédito fortalece o desenvolvimento endógeno e sustentável.

Evolução Histórica do Microcrédito

O microcrédito possui raízes em iniciativas cooperativas do século XIX (Ledgerwood, 2013), demonstrando um propósito consistente de fornecer crédito acessível a populações marginalizadas.

Diversas Iniciativas Pioneiras Contribuíram para o Desenvolvimento do Conceito

Alemanha (1846): Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou a "Associação do Pão", precursora de cooperativas de crédito direccionadas à população pobre (Guinnane, 2001).

Canadá (1900): Alphonse Desjardins estabeleceu as "*Caisses Populaires*", que evoluíram para mais de 1.300 agências (MacPherson, 2012).

Estados Unidos (1953): Edward Filene e Roy Bergengren impulsionaram o movimento de cooperativas de crédito, culminando na criação da *Credit Union League* (Moody & Fite, 1984).

O Grameen Bank e Muhammad Yunus

O marco mais significativo na história do microcrédito é a fundação do *Grameen Bank* em 1976, por Muhammad Yunus, em Bangladesh (Yunus, 2003). Observando a exploração de pequenos empreendedores por agiotas, Yunus iniciou o empréstimo de pequenas quantias, cujo



sucesso levou à criação do Grameen Bank, modelo para programas em mais de sessenta países (Hulme, 2008; Yunus & Jolis, 1999).

Exemplos de Microcrédito em outros Países

O modelo do Grameen Bank, baseado em empréstimos sem garantias tradicionais e com foco em grupos solidários, concedeu cerca de US\$ 2,4 bilhões até 2010, beneficiando mais de 8 milhões de pessoas, 97% mulheres (Yunus, 2003; Grameen Bank, 2011), inspirando programas em mais de 60 países (Hulme, 2008). Outros exemplos notáveis incluem:

Brasil: O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) implementou o Crediamigo, um dos maiores programas de microcrédito urbano da América Latina (Soares & Melo, 2008).

Índia: A *SKS Microfinance* (actual *Bharat Financial Inclusion*) tornou-se uma das maiores instituições de microcrédito da Índia, atendendo milhões em áreas rurais (Sriram, 2010).

Quênia: O *Kenya Women Finance Trust* (KWFT) foca principalmente em mulheres, fornecendo financiamento para empreendimentos (Johnson & Kidder, 2007).

México: O Compartamos Banco é uma das maiores instituições de microcrédito da América Latina, atendendo empreendedores urbanos e rurais (Rhyne, 2009).

Impacto Social e Económico

O microcrédito impacta significativamente a vida das pessoas, permitindo a superação da pobreza e a criação de oportunidades (Yunus, 2003). O sucesso do Grameen Bank, com seus US\$ 2,4 bilhões em empréstimos para mais de 8 milhões de pessoas, predominantemente mulheres (97%), ilustra este impacto (Grameen Bank, 2011).

Valores e Sociedade

A ética e os valores são cruciais para a eficácia do microcrédito, actuando como reguladores essenciais para o desenvolvimento social (Morduch, 2000). Embora a política aspire a promover valores, muitas vezes se limita à retórica (Hulme & Mosley, 1996).

PANORAMA DO MICROCRÉDITO EM ANGOLA

Em Angola, o microcrédito surgiu como resposta às necessidades de inclusão financeira, especialmente para empreendedores informais, mulheres e populações vulneráveis. Após o conflito armado, a fragilidade institucional e económica acentuou a importância do



microcrédito como alternativa ao sistema bancário tradicional, inacessível à maior parte da população (Cain, 2007).

1. Quadro Legal e Institucional

O Banco Nacional de Angola (BNA) regula o microcrédito através da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro (Lei das Instituições Financeiras), que permite a criação de instituições de microfinanças. Essa legislação é complementada por documentos como o "*Microfinance in Angola: Landscape, Regulation, Monitoring and Support*", apoiado pela *FinMark Trust* e pelo *Development Workshop Angola* (*Development Workshop Angola*, 2011).

Microcrédito em Angola: Instituições, Desafios e Recomendações

2. Principais Instituições e Programas

Várias instituições se destacam na promoção do microcrédito em Angola, cada uma com suas características e abrangência:

Banco Sol: fundado em 2001, é uma das maiores instituições de microcrédito, tendo celebrado um acordo com a Federação das Mulheres Empresárias de Angola em 2010 para facilitar o acesso ao crédito com taxas mais acessíveis (3,99% ao mês) (Shaughnessy, 2010).

KixiCrédito (*Development Workshop*): pioneiro em microcrédito desde 1996, até 2007 havia apoiado mais de 14.000 clientes, com uma taxa de reembolso de aproximadamente 98% (Cain, 2007).

BPC - Microfinanças: iniciou actividades em 2005, focando no apoio estatal a pequenos empreendimentos rurais e urbanos (*Development Workshop Angola*, 2011).

Apesar do trabalho dessas instituições, em 2007, cerca de 530.000 pequenos empreendedores necessitavam de apoio financeiro, evidenciando a limitada cobertura do microcrédito (Cain, 2007).

3. Desafios Estruturais

O sector de microfinanças angolano enfrenta desafios significativos:

Baixa Cobertura Geográfica: Concentração em áreas urbanas, deixando as populações rurais desassistidas (*Development Workshop Angola*, 2011).

Taxas de Juros Elevadas: Frequentemente acima da capacidade de pagamento dos empreendedores (Kolstad & Wiig, 2010).



Ausência de Garantias Reais: dificulta o acesso a empreendedores sem bens patrimoniais (Cain, 2007).

Baixa Literacia Financeira: impede a correta aplicação dos fundos e a sustentabilidade dos negócios (Lopes et al., 2022).

Recomendações para aprimoramento e otimização do Microcrédito em Angola

Mecanismos de Garantias Solidárias: Grupos de avalistas ou fundos de risco (Development Workshop Angola, 2011).

Capacitação Financeira: Formações em gestão, poupança e reinvestimento (Kolstad & Wiig, 2010).

Digitalização dos Serviços Financeiros: Utilização de plataformas móveis e *fintechs* para ampliar o alcance (Lopes et al., 2022).

Parcerias: Colaboração entre Estado, ONGs e sector privado para mobilizar recursos e descentralizar o crédito (Cain, 2007).

Microcrédito em Angola: Principais Instituições (Análise Comparativa).

O microcrédito em Angola busca promover inclusão financeira e combater a pobreza, principalmente entre populações excluídas do sistema bancário formal. A seguir, uma análise comparativa de iniciativas de microcrédito:

Fundo de Apoio Social (FAS): Iniciativa pública com abordagem integrada (financiamento e formação técnica), direccionada a jovens, mulheres e populações rurais. Apresenta abrangência nacional, taxa de juros moderada e acompanhamento técnico contínuo, demonstrando eficácia na geração de inclusão económica em regiões tradicionalmente excluídas.

Programa de Apoio ao Crédito (PAC): Iniciativa estatal que facilita o acesso ao crédito para pequenos empresários, principalmente em áreas urbanas e periurbanas. O crédito é orientado, com condições variáveis, porém o acompanhamento técnico parcial afecta a sustentabilidade dos empreendimentos. Apresenta taxa de reembolso instável, reflectindo dificuldades de gestão por parte de alguns beneficiários.

KixiCrédito: Instituição de microfinanças solidárias presentes em Luanda e outras províncias. Focada em trabalhadores informais e cooperativas, opera com taxas de juros elevadas, mas oferece apoio técnico sistemático, garantindo boas taxas de adesão. A sustentabilidade a longo prazo permanece como um desafio.



Instituições Bancárias (Banco Sol, Banco BIC): oferecem linhas de microcrédito para pequenos negócios formais. Apresentam limitações como taxas de juros altas, acompanhamento técnico fraco ou inexistente e acesso restrito, reduzindo seu impacto no combate à exclusão económica.

Análise Crítica do Microcrédito em Angola: Desafios e Perspectivas

A análise das principais instituições de microcrédito em Angola revela um panorama complexo, com iniciativas promissoras contrapostas a desafios estruturais significativos. O Fundo de Apoio Social (FAS) se destaca por sua abordagem integrada, combinando crédito com capacitação e demonstrando maior potencial de impacto, especialmente em áreas rurais. Esse modelo contrasta com as fragilidades apresentadas pelo Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e pelos produtos de bancos comerciais, que demonstram deficiências em acompanhamento técnico e na sustentabilidade dos negócios apoiados. A KixiCrédito, apesar de sua inovadora abordagem solidária, enfrenta o desafio de taxas de juros elevadas, comprometendo a viabilidade a longo prazo dos microempreendimentos.

Pontos Críticos:

A análise aponta para a necessidade de uma abordagem mais sistémica e inclusiva do microcrédito em Angola, integrando políticas públicas, educação financeira e apoio técnico contínuo. A ausência de supervisão eficaz, a informalidade jurídica dos negócios apoiados e a regulação deficiente do sector dificultam a construção de um ecossistema robusto de microfinanças. Adicionalmente, há riscos de sobreendividamento, especialmente quando os empréstimos não são acompanhados de formação e monitorização adequadas. A falta de articulação entre instituições e a ausência de políticas que promovam a equidade e a justiça económica agravam esses problemas

Recomendações para um Microcrédito Mais Efectivo:

Para que o microcrédito se consolide como ferramenta de desenvolvimento sustentável e inclusão social em Angola, são essenciais acções que fortaleçam a articulação entre instituições e garantam que os beneficiários recebam não apenas financiamento, mas também as condições necessárias para alcançar a autonomia e o empoderamento. Essas acções incluem:

Reforço da Supervisão e Regulação: Implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e regulação do sector, assegurando a transparência e a protecção dos mutuários.

Promoção da Educação Financeira: Programas abrangentes de educação financeira para capacitar os beneficiários na gestão de seus negócios e na tomada de decisões financeiras



responsáveis.

Articulação Interinstitucional: Fortalecimento da colaboração entre instituições públicas, privadas e da sociedade civil para otimizar a alocação de recursos e o alcance das acções.

Apoio Técnico Contínuo: Prestação de assistência técnica especializada e acompanhamento personalizado aos microempreendedores, visando a sustentabilidade dos negócios.

Desenho de Políticas Inclusivas: Formulação de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça económica, garantindo o acesso equitativos ao microcrédito para diferentes grupos populacionais.

Mecanismos de Gestão de Risco de Crédito: Implementação de estratégias para mitigar os riscos de sobreendividamento, incluindo a diversificação de produtos de crédito e a promoção de práticas de crédito responsáveis.

Formalização dos Negócios: Incentivos e apoio à formalização dos micro e pequenos negócios, melhorando sua capacidade de acesso ao crédito e outras oportunidades de desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Microcrédito em Angola - Potencial e Desafios

A análise das principais instituições de microcrédito em Angola revela abordagens diversas no combate à pobreza e à exclusão económica, com resultados e impactos variáveis. Esta variação está directamente relacionada ao tipo de instituição, público-alvo, nível de acompanhamento técnico e condições de acesso ao crédito.

Assim as principais conclusões estão ao nível do potencial de Inclusão, onde o microcrédito em Angola demonstra um importante potencial para promover a inclusão económica e reduzir a exclusão social, particularmente em áreas rurais e periurbanas, não descorando obviamente ser um regulador de equilíbrio para a igualdade do género. Programas que combinam crédito com formação técnica e acompanhamento, como o FAS, demonstram impactos positivos e sustentáveis nas comunidades.

No que se refere à heterogeneidade Institucional, esta é plenamente verificada nas abordagens institucionais. Enquanto algumas iniciativas (FAS, KixiCrédito) oferecem suporte técnico e formativos, sendo que outras (bancos comerciais) carecem de estratégias de acompanhamento eficazes, limitando o alcance e a eficácia do microcrédito.



Verifica-se, no entanto algumas necessidades de melhorias estruturais, mais propriamente no que se refere a instabilidade nas taxas de reembolso, à informalidade dos negócios apoiados e à fragilidade na gestão por parte dos beneficiários que apontam para a necessidade de melhor estruturação institucional. A ausência de um ecossistema regulado e coordenado enfraquece desta forma o impacto do microcrédito, especialmente em populações vulneráveis, onde são exemplo as mulheres desfavorecidas e do mercado informal, tais como as Zungueiras e as Quitandeiras.

No âmbito das Estratégias para Desenvolvimento Sustentável, o microcrédito poderá constituir-se como um instrumento de desenvolvimento sustentável, sendo fundamental fortalecer o enquadramento legal e político das instituições que compõem as microfinanças, promover sinergias entre entidades públicas e privadas e garantir o acompanhamento dos projectos através de políticas públicas direccionadas à redução da pobreza e à capacitação económica.

Um dos principais elementos prendem-se com a mitigação de riscos, onde as altas taxas de juros e o risco de sobreendividamento comprometem os objectivos sociais do microcrédito. É necessário assim estabelecer limites éticos e mecanismos de protecção ao beneficiário, assegurando que o acesso ao crédito não se transforme em uma nova forma de exclusão ou dependência. A implementação de práticas de crédito responsáveis é crucial, de forma a que o espírito de Mohamed Yunnus se materialize ao nível da equidade, oportunidade, igualdade do género e factor de eliminação da exclusão social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armendáriz, B., & Morduch, J. (2010). *The economics of microfinance* (2nd ed.). MIT Press.
<https://mitpress.mit.edu/9780262513982/the-economics-of-microfinance/>
- Banco Nacional de Angola. (2023). *Relatório anual 2022*. <https://www.bna.ao>
- Bateman, M. (2010). *Why doesn't microfinance work? The destructive rise of local neoliberalism*. Zed Books.
- Cain, A. (2007). *Housing microfinance in post-conflict Angola: Overcoming socioeconomic exclusion through land tenure and access to credit*. *Environment and Urbanization*, 19(1), 361–390. <https://doi.org/10.1177/0956247807076900>
- Dennis O’Keeffe (2004). *Economy and Virtue: Essays on the Theme of Markets and Morality*. IEA, London.
- Development Workshop Angola. (2011). *Microfinance in Angola: Landscape, regulation, monitoring and support*. FinMark Trust.
<https://www.finmark.org.za/resource/microfinance-in-angola/>
- Fundo de Apoio Social. (2022). *Relatório de actividades 2022*. Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. <https://www.fas.co.ao>
- Grameen Bank. (2011). *Annual report 2010*. <http://www.grameen.com>
- Guinnane, T. W. (2001). Cooperatives as information machines: German rural credit cooperatives, 1883–1914. *The Journal of Economic History*, 61(2), 366–389.
<https://doi.org/10.1017/S0022050701028042>
- Hulme, D. (2008). The story of the Grameen Bank: From subsidised microcredit to market-based microfinance. *Brooks World Poverty Institute Working Paper*, 60.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.1300930>
- Hulme, D., & Mosley, P. (1996). *Finance against poverty* (Vol. 1). Routledge.
- Johnson, S., & Kidder, T. (2007). Women's empowerment through microfinance: Evidence from Kenya. *Journal of International Development*, 19(4), 477–494.
<https://doi.org/10.1002/jid.1366>



- Kabeer, N. (2001). Conflicts over credit: Re-evaluating the empowerment potential of loans to women in rural Bangladesh. *World Development*, 29(1), 63–84. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(00\)00081-4](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(00)00081-4)
- Kolstad, I., & Wiig, A. (2010). *Is it both what you know and who you know? Human capital, social capital and microcredit group performance*. *Journal of Development Studies*, 46(3), 485–500. <https://doi.org/10.1080/00220380903002915>
- Ledgerwood, J. (2013). *The new microfinance handbook: A financial market system perspective*. World Bank Publications. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8927-0>
- Locke, John (1690). *An Essay Concerning Human Understanding*. London.
- Lopes, M., Schuler, A., Binotto, E., Andrade, J., & Busanelo, M. (2022). O papel das instituições financeiras bancárias na concessão de financiamento para o fomento das MPME's: Estudo aplicado no Banco Sol (2017–2020) em Angola. *Revista de Economia e Gestão*, 3(7), 12–31.
- MacPherson, I. (2012). *Hands around the globe: A history of the international credit union movement*. World Council of Credit Unions.
- Moody, J. C., & Fite, G. C. (1984). *The credit union movement: Origins and development, 1850–1980*. Kendall/Hunt Publishing.
- Morduch, J. (2000). The microfinance schism. *World Development*, 28(4), 617–629. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00151-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00151-5)
- Moreira, José Manuel (1999). *As contas com a Ética Empresarial*. Principia, Cascais, 2008 (1ª ed.1999).
- Moreira, José Manuel (2002). *Ética, Democracia e Estado. Para uma nova cultura da Administração Pública*. Principia, Cascais, 2002.
- Moreira, José Manuel (2008). *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública. Para um novo Paradigma do Serviço Público*. Almedina, Coimbra.
- North, Douglas (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.
- Rainer A. Bast (2003). *Rickert, Heinrich*. In *Neue Deutsche Biographie (NDB)*. 21. Berlin: Duncker & Humblot.



- Reimão, Cassiano (2008). *Introdução ao curso de Pós-Graduação em Ética empresarial*. Universidade Lusíada de Lisboa.
- Rhyne, E. (2009). *Microfinance for bankers and investors: Understanding the opportunities and challenges of the market at the bottom of the pyramid*. McGraw-Hill.
- Shaughnessy, L. (2010, September 4). *Banco Sol and Federation of Angolan Women Entrepreneurs sign agreement to provide access to microfinance services for three years*. MicroCapital. <https://www.microcapital.org/microcapital-brief-banco-sol-and-federation-of-angolan-women-entrepreneurs-sign-agreement/>
- Soares, M. M., & Melo, M. C. (2008). *Microcrédito no Brasil: O caso do Crediamigo*. Revista de Administração Pública, 42(5), 977–1002.
<https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000500008>
- Sriram, M. S. (2010). Commercialisation of microfinance in India: A discussion of the emperor's apparel. *Economic and Political Weekly*, 45(24), 65–73.
<https://www.jstor.org/stable/40736662>
- Stiglitz, Joseph E. (2002). *There is no invisible hand*. London: The Guardian Comment, December 20, 2002.
- Yunus, M. (2003). *Banker to the poor: Micro-lending and the battle against world poverty*. PublicAffairs.
- Yunus, M. (2007). *Creating a world without poverty: Social business and the future of capitalism*. PublicAffairs.
- Yunus, M., & Jolis, A. (1999). *Banker to the poor: The autobiography of Muhammad Yunus, founder of the Grameen Bank*. Aurum Press.

